



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

17 de março 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Notícias do Dia

**Editoria:** Opinião

**Data:** 17/03/2015

**Assunto:** Fundação Catarinense de Educação Especial

**Página:** 08

# Notícias do Dia

### Inacreditável

As imagens inacreditáveis da Fundação Catarinense de Educação Especial mostradas na televisão simplesmente revoltam e caracterizam-se em casos de prisão no mínimo de todos os administradores. Sabe-se que a maioria dos gestores públicos não são muito apaixonados por trabalho, mirando sempre focos políticos. A população precisa saber quem eram os antigos administradores (diretor geral e gerentes) que simplesmente não fizeram nada e ainda delapidaram uma Fundação exemplar. São alunos especiais e que não mereciam retornar às aulas e encontrar uma pocilga, chiqueiro, galinheiro. Tudo menos



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/03/2015
<b>Assunto:</b> Olimpíada Internacional de Matemática		<b>Página:</b> Online



### **Olimpíada Internacional Matemática Sem Fronteiras está com inscrições abertas**

Já estão abertas as inscrições para a Olimpíada Internacional Matemática Sem Fronteiras (MSF), competição em equipes para estudantes do fundamental 1 e 2 e ensino médio. A prova será realizada no dia 10 de abril, na própria escola inscrita. A ficha de inscrição está disponível no site [redepoc.com/msf/regulamento.html](http://redepoc.com/msf/regulamento.html)

A inscrição é gratuita para as escolas públicas e paga para as escolas particulares (R\$ 189,00 como ajuda de custo – o valor é único por escola). Não há limites para a quantidade de classes das escolas interessadas em participar, mas cada classe terá um único time.

Criada em 1989 pelo Ministério da Educação da França, a competição envolveu em 2014 mais de 163 mil alunos de 35 países, sendo 13 mil brasileiros. A prova é aplicada em 11 diferentes idiomas.

No Brasil, a Olimpíada Internacional Matemática Sem Fronteiras é organizada pela Rede POC – Rede do Programa de Olimpíadas do Conhecimento - programa de intercâmbio científico que tem como objetivo estimular o interesse entre os estudantes pela Ciência, Tecnologia e Inovação.

O diretor acadêmico da Rede POC, Ozimar Pereira, explica que a MSF é diferente das outras competições do gênero, como a Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) e a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). "A Matemática Sem Fronteiras é a única realizada por equipes, formadas nas próprias classes, não é individual como as outras", diz.

Na opinião de Brigitte Wenner, supervisora de Matemática do Ministério da Educação da França em Strasbourg/Alsácia e presidente da Association Internationale Mathématiques Sans Frontieres, o formato da prova produz efeitos positivos sobre a qualidade do ensino da Matemática, uma vez que estimula o trabalho em equipe na classe e a resolução de problemas abertos. "Um problema é aberto se seu enunciado é curto, não induzindo ao



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

método de resolução, e onde muitas estratégias são possíveis para a sua resolução", explica Birgitte.

A prova também envolve alunos do ensino fundamental 1 e tem uma das questões em uma língua estrangeira, a ser escolhida pela equipe, entre alemão, inglês, francês, espanhol ou italiano. As provas são dissertativas e divididas em três níveis: básico, para o fundamental 1; junior para o fundamental 2; e sênior para o ensino médio. Todas as escolas receberão um certificado de participação e as classes com melhor desempenho ganharão também medalhas de premiação.

Outro diferencial, aponta Ozimar, é que a prova não é direcionada apenas para alunos com altas habilidades na disciplina. "É importante as escolas e os alunos saberem que a Olimpíada não é apenas para quem é excelente em Matemática. Queremos incentivar o trabalho em equipe e desmistificar a ideia de que a Matemática é muito difícil", destaca.

A MSF é a seção brasileira do evento internacional Mathématiques sans Frontières, criado pela Académie de Strasbourg, Inspection Pédagogique Régionale de Mathématiques e IREM (Institut de Recherche sur l'Enseignement des Mathématiques), órgãos ligados ao Ministério da Educação francês.

No Brasil, a MSF conta com o apoio do Consulado Geral da França em São Paulo, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), do Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (instituição sem fins lucrativos ligada à Fundação Itaú Social) e da Universidade Metodista de São Paulo.

A inscrição deverá ser feita unicamente pela escola, que designará um professor como coordenador responsável. Ele deverá preencher a ficha de inscrição no site [redepoc.com/msf/inscricoes.html](http://redepoc.com/msf/inscricoes.html).

As inscrições poderão ser feitas até o dia 08 de abril de 2015.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/03/2015
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. 4 - B. 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

## Dilma afirma que governo errou por não centralizar oferta do Fies

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta segunda-feira (16) que o governo federal errou ao não centralizar a oferta de contratos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). Até o momento, o programa não limita, de antemão, quantos serão os contratos realizados no ano. Assim, a autorização do crédito estudantil é feita a partir da demanda dos estudantes e das faculdades.

"O governo cometeu um erro no Fies. Passou para o setor privado o controle dos cursos. Nós não fizemos isso com o Prouni [oferta de bolsas para alunos de baixa renda] e não fazemos isso com o Enem, e não fazemos isso com ninguém. Isso não é culpa do setor privado. Fomos nós que fizemos isso", afirmou.

Diante de restrições orçamentárias, o MEC vai mudar a lógica do Fies no próximo semestre: a intenção é ter um número de contratos pré-definidos, que serão autorizados a partir de critérios como qualidade do curso e da instituição. A lógica segue modelo já adotado no Sisu, por exemplo, em que o MEC indica quantas são as vagas disponíveis em instituições públicas do país para ingresso a partir de nota no Enem.

Desde 2010, quando houve redução dos juros do crédito e ampliação do prazo para quitação da dívida, os desembolsos com o Fies saltaram de R\$ 1,1 bilhão anual para R\$ 13,7 bilhões, no ano passado.

### 450 PONTOS

No final do ano, o governo aumentou o rigor para concessão do crédito estudantil – a partir de 30 de março, será exigido por exemplo desempenho mínimo de 450 pontos no Enem para acesso ao Fies.

Em entrevista a jornalistas, Dilma defendeu a mudança: "Nós não aceitamos mais que uma pessoa que tirar zero em português tenha direito a bolsa. Vai ter de ter um mínimo. Porque antes podia ter 450 pontos e zero em português. Agora vamos ter que olhar como é que, daqui para frente, iremos fazer. Mas está regularizado", disse.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo Dilma, todos os alunos que já possuíam o financiamento conseguirão renová-lo para este ano. O Fies é o maior programa de financiamento estudantil do país, com quase 2 milhões de alunos..



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/03/2015
<b>Assunto:</b> Programa Idioma sem Fronteiras		<b>Página:</b> Online



### **Inglês sem Fronteiras abre novas vagas em cursos presenciais**

Estão abertas inscrições da Oferta 3 de cursos presenciais em inglês pelo Programa Idioma sem Fronteiras. As vagas são ofertadas pelas universidades parceiras que são Núcleos de Línguas (NuLi). O prazo termina em 23 de março, ao meio-dia (horário de Brasília).

Podem concorrer às vagas estudantes de graduação, mestrado e doutorado, e servidores públicos de universidades credenciadas que tenham realizado o teste de proficiência Toefl ITP por meio do Programa IsF – Inglês, com resultado já publicado no sistema de gestão do programa.

Detalhes sobre os requisitos de participação, a lista de universidades NuLi e documentos oficiais podem ser encontrados no Portal do IsF.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/03/2015
<b>Assunto:</b> Brinquedos	<b>Página:</b> Online	



### **FNDE conduz audiência pública sobre aquisição de brinquedos**

O Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação (FNDE) realiza nesta terça-feira, dia 17 de março, audiência pública para apresentar e coletar subsídios para o processo de compra de brinquedos e playgrounds, inclusive sobre a definição de especificações técnicas. Os equipamentos visam atender aos estudantes da Educação Infantil nas redes públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O FNDE está no processo de preparação da segunda rodada de licitações para registro de preços de brinquedos e playgrounds. Em 2013, foram realizados dois pregões, um para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o outro as regiões Sul e Sudeste. No total, foram contratados 5.018 brinquedos e playgrounds, em um total de mais de R\$ 3,3 milhão.

A audiência pública visa informar os fornecedores sobre os produtos a serem adquiridos, bem como os padrões de qualidade que devem ser atendidos. Também é o momento para dar ao FNDE sugestões sobre o processo, bem como ouvir opiniões de outros atores sobre eventuais dificuldades enfrentadas no passado. A audiência é aberta ao público, sendo especialmente importante a presença dos fornecedores do mercado produtor ou distribuidor, representantes dos estados e municípios, órgãos de controle, instituições especializadas no controle de qualidade e certificação dos produtos e membros da sociedade civil em geral.

Os recursos para aquisição podem vir de transferências voluntárias feitas pelo próprio FNDE para atendimento das novas Unidades de Educação Infantil do Programa ProInfância, bem como de recursos próprios dos estados, Distrito Federal e Municípios ou, ainda, de emendas parlamentares.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/03/2015
<b>Assunto:</b> Ensino médio		<b>Página:</b> Online



### **PLANO DÁ R\$ 479 MILHÕES AO ENSINO MÉDIO, QUE NÃO AVANÇA**

**Mesmo com a adoção desde 2009 do programa federal Ensino Médio Inovador, Ideb estagnou; em dez Estados, nota até caiu**

Fonte: O Estado de S.Paulo (SP)

Prometida pelo ministro Cid Gomes para ser implementada dentro de dois anos, a reforma do ensino médio é o foco desde 2009 de um programa do governo federal intitulado Ensino Médio Inovador. Dados obtidos pelo Estado por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que o Ministério da Educação (MEC) já gastou pelo menos R\$ 479 milhões na iniciativa.

A reforma foi uma das principais bandeiras da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, que elegeu o lema "Brasil, Pátria Educadora" para a sua segunda gestão.

Em 2009, ano de sua criação, o Ensino Médio Inovador teve a adesão de 18 secretarias estaduais de educação; no ano passado, todas as unidades da federação formalizaram a participação. O Estado do Ceará, governado por Cid Gomes de 2007 a 2014, aderiu apenas em 2012.

Apesar do crescente investimento do governo federal, que saltou de R\$ 10,7 milhões, em 2009, para R\$ 167,1 milhões em 2014, o último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apontou que não houve avanço no ensino médio entre as avaliações de 2011 e 2013 - o indicador manteve-se em 3,7, abaixo da meta fixada para 2013, que era 3,9.

Em dez Estados que aderiram à iniciativa desde o início, houve queda do Ideb da rede estadual comparando o indicador de 2013 (mais recente) ao de 2009 (ano da adoção do programa): Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe. Goiás e Rio, por outro lado, registraram aumento de 0,7 e 0,8 ponto no Ideb 2013, quando comparado com o índice de 2009.

"O programa surgiu como uma tentativa de mudar a página ruim do ensino médio, de apostar em uma nova estratégia de inovação e se voltar para a formação de



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

professores, mas nada disso aconteceu", critica o diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna e ex-membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Mozart Ramos.

"O Ensino Médio Inovador teve grandes pecados, não foi uma ação estruturadora que realmente teve corpo, cabeça, monitoramento e uma avaliação formal do MEC."

Para Mozart Ramos, a iniciativa acabou se tornando uma forma de o MEC dar dinheiro para os Estados sem cobrar nenhum compromisso direto com os objetivos almejados. "Ficou solto o programa, parecia até que tinha morrido."

### Avaliação

Na avaliação do presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretário de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, o Ensino Médio Inovador tem sido bem sucedido ao ajudar na ampliação da carga horária dos estudantes, na elaboração de um planejamento interdisciplinar e na integração dos currículos.

Quando começou, beneficiava 3 mil alunos de 18 escolas no Estado. Hoje, são 20 mil alunos de 162 escolas atendidos, e a meta é chegar a 300 unidades até o fim de 2018.

"Na conversa e contato com estudantes dessas escolas, houve um avanço muito forte, que você percebe de maneira subjetiva. Eles têm uma capacitação, uma formação melhor do que se você tivesse apenas o ensino médio regular", comenta Deschamps.

"O Ensino Médio Inovador agora é que vai ser medido em volume maior (pelo Ideb)", destaca o secretário, lembrando que na época da última medição o número de escolas participantes do programa ainda tinha um pequeno peso na amostragem.

Em Santa Catarina, o Ideb da rede estadual caiu de 3,7, em 2009, para 3,6 em 2013, queda atribuída pelo secretário à extinção da progressão automática, o que levou ao aumento da taxa de reprovação.

Para a reforma plena do ensino médio, o secretário defende o combate à evasão escolar, a melhoria das condições de infraestrutura e o aperfeiçoamento da formação de professores.

### Relatório

Em resposta ao Estado, a assessoria do MEC ressaltou que o objetivo do programa é promover atividades integradoras que articulem as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, "de forma a garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O MEC aguarda o envio de um relatório final da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que pesquisou e acompanhou a implementação do programa, entre 2011 e 2014. "Em dezembro de 2014, foram apresentados os resultados preliminares da pesquisa e estamos aguardando que a Universidade efetue os últimos ajustes e nos encaminhe a versão final do relatório", informou o ministério.

Em 2014, o programa apoiou 7.303 escolas, contemplando um universo de 4,6 milhões de estudantes em todo o País. Sobre os investimentos previstos para este ano, o MEC afirmou que "está realizando análises sobre o montante de recursos a ser investido".

O MEC recomendou que a reportagem procurasse a Secretaria de Educação do Ceará para comentar a adesão do governo cearense ao programa apenas em 2012. A secretaria não explicou os motivos da demora para a adesão, mas prometeu universalizar o programa para toda a rede de escolas que ofertam o ensino médio regular até 2016.

Em 2014, a iniciativa beneficiava 252 mil alunos, de 392 escolas. Mais já 46 aderiram neste ano. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/03/2015
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> Online



### OPINIÃO: O FIES NA BERLINDA

**"Financiar universitários é uma política importante, mas o principal gargalo da Educação Superior está mais embaixo, no Ensino Médio", afirma Antonio Gois**

Fonte: O Globo (RJ)

Poucos previram, quando o Fies foi turbinado em 2010 ao facilitar as condições de adesão e pagamento, que os resultados de nossa principal política de financiamento do ensino superior privado seriam tímidos até agora.

O diagnóstico de que era preciso ampliar o financiamento para impulsionar o crescimento das matrículas pelo setor privado não era só do governo. Analistas e representantes de universidades particulares também defendiam que esse era um dos principais — senão o principal — gargalo do ensino superior. Era uma análise que fazia algum sentido: depois de uma ampliação vigorosa das matrículas desde 1995, o setor privado dava sinais de que estava perdendo o vigor ao crescer a taxas menores. A evasão era, e continua sendo, um problema sério, e havia uma nova classe média apta a ingressar no ensino superior, mas que precisaria de apoio financeiro para se manter. Parecia uma estratégia perfeita, que beneficiava o estudante, e de risco zero para as universidades.

O MEC então ampliou de R\$ 1 bilhão para R\$ 14 bilhões o gasto com o Fies desde 2010. Hoje, mais de 700 mil universitários são beneficiados, em comparação com apenas 76 mil há cinco anos. Porém, o ritmo de crescimento das matrículas e, mais importante, dos concluintes, em vez de acelerar, caiu no setor privado. Muitas universidades passaram a incentivar alunos já matriculados em seus cursos a migrarem para o financiamento estatal. Outras abusaram de propagandas para atrair novos estudantes com a promessa de financiamento de 100% da mensalidade. Isso explica em boa parte a justa revolta de universitários desesperados porque não conseguem aderir ao Fies e que passaram a ser ameaçados com o cancelamento da matrícula pelas mesmas instituições que até pouco tempo vendiam tanta facilidade com dinheiro público.

Ainda é cedo, no entanto, para dizer que o Fies fracassou. Muitos dos alunos com financiamento estatal ainda estão estudando. Se o programa ajudá-los a chegar ao fim



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

do curso, isso pode ter impacto positivo no número de concluintes no ensino superior, estagnado ao redor de um milhão de alunos nos últimos cinco anos.

Porém, mesmo que bem feito, o financiamento do ensino superior não resolve um problema mais grave: ainda são poucos os que se formam no ensino médio. De 2007 a 2013, as matrículas no antigo segundo grau se mantiveram praticamente estáveis, apesar de o número de concluintes no ensino fundamental ter crescido 9%. O último dado de concluintes do ensino médio, referente a 2012, mostra que apenas 1,9 milhão de estudantes completam esta etapa. Considerando que a população de 17 anos no país é de 3,5 milhões de jovens, isso significa que, se todos se formassem na idade certa, poderíamos ter quase o dobro de alunos aptos a ingressarem no ensino superior.

O quadro é ainda mais preocupante se levarmos em conta a qualidade do ensino. De acordo com o movimento Todos Pela Educação, apenas 9% dos estudantes do 3º ano do ensino médio têm aprendizado adequado em matemática. Em língua portuguesa, são 27%.

Não à toa, boa parte da expansão do ensino superior no país nos últimos anos se deve a jovens adultos que, mesmo já tendo completado o ensino médio há algum tempo, voltaram a estudar. Segundo a Pnad, do IBGE, 45% dos matriculados no ensino superior têm 25 anos ou mais de idade.

O Brasil precisa urgentemente aumentar o número de alunos que se formam no ensino médio em condições acadêmicas de frequentar uma universidade. Sem resolver esse problema, qualquer política no andar de cima, por mais que necessária, será apenas paliativa.